ATA 09/2021

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os componentes do Conselho de Administração do Fundo de Previdência do Servidor (Previagudo), devidamente nomeados pelo Decreto 72/2020, com participação, ainda, dos membros do Conselho Fiscal, conforme consta no livro de presenças do Previagudo. De início, Marcelo agradeceu a presença de todos. Em seguida, comunicou o saldo do Previagudo no final do mês de agosto/2021, no valor de R$ 57.730.880,92, distribuído em aplicações junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banrisul e Sicredi. Em termos de rendimento, o mês de agosto foi negativo na quantia de R$ 361.959,95. Com relação à Previdência Complementar, o Grupo de Trabalho designado através do Decreto 126/2021, de 25 de agosto de 2021, elaborou o respectivo projeto de lei, o qual já tramita junto à Câmara de Vereadores (atualmente aguarda parecer da CCJ). Conforme orientações emitidas pela DPM, a publicação do Edital para contratação da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) deverá ocorrer somente após aprovação da lei que institui o Regime de Previdência Complementar (RPC). No entanto, para dar andamento e adiantar os trabalhos, a próxima reunião do Grupo de Trabalho ocorrerá no dia 06 de outubro de 2021, às 10h, na sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal. Restou definido que serão adotadas as medidas necessárias para contratação da empresa responsável pela elaboração do cálculo atuarial 2022, que deverá ter a base de dados de 2021. Joel informou que o convênio que permite o acesso e a operacionalização do sistema comprev foi regularizada. Caberá aos servidores designados efetuarem seus respectivos acessos. Com essas providências, espera-se que o encaminhamento dos processos de compensação sejam retomados ainda no mês de outubro. Liane Martinazzo assumiu o compromisso de verificar, junto à contabilidade e tesouraria, o pagamento das compensações dos meses de março/2021 e seguintes. A diferença do DIPR, da competência de outubro/2013, ainda não foi paga pelo Executivo ao RPPS. Liane informou aos presentes que a questão está com o Secretário da Fazenda, Douglas Roggia dos Santos, que assumiu o compromisso de emitir a guia respectiva e, assim, fazer o pagamento da diferença. Quanto ao site, Joel informou que as atas foram lançadas (dos Conselhos de Administração, Fiscal e também do Comitê de Investimentos). Resta a publicação dos demais dados, tais como APR’s, portarias de inativação, política de investimentos, demonstrativos contábeis, etc. Por fim, passou-se à discussão de assuntos de interesse geral do Previagudo. Nada mais havendo a tratar, às dez horas, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, da qual lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por quem de direito. Agudo, 30 de setembro de 2021.